

Pensar com Elias o destino alemão. Falta do Reich e neurose coletiva

François Bafoil¹

Resumo: ao colocar no centro de suas reflexões as noções de falta, mas também o sentimento de fraqueza e de inferioridade, de desejo e de fracasso para compreender o que ele identifica sob o termo de “neurose alemã”, Norbert Elias está muito próximo de Freud. Sua originalidade é a de ancorar estas diferentes dimensões psíquicas na história da Alemanha. O interesse do texto Aos alemães se deve também à implementação das dinâmicas conjugadas de civilização e descivilização, apreendidas sob o prisma da unidade alemã que se, em 1891, completou um movimento histórico milenar, nem por isto deixou de ratificar a profunda distância entre as elites e as classes sociais, a tradição de obediência à autoridade e a submissão à disciplina da parte das massas afastadas da participação.

Palavras-chave: Formalização e informalização; Reich; Aristocracia; Falt; Neurose alemã; Ligação e desvinculação; “Tradições normativas e mentais”; Freud.

THINK ABOUT GERMAN DESTINY WITH ELIAS. LACK OF THE REICH AND COLLECTIVE NEUROSIS

Abstract: By placing at the center of his reflections the notions of lack, but also the feeling of weakness and inferiority, of desire and failure to understand what he identifies under the term “German neurosis”, Norbert Elias is very close to Freud. His originality lies in anchoring these different psychic dimensions in the history of Germany. The interest of the text The Germans is also due to the implementation of the combined dynamics of civilization and decivilization, understood from the perspective of German unity which, in 1891, completed an ancient historical movement, but nevertheless ratified the profound distance between the elites and social classes, the tradition of obedience to authority and submission to discipline on the part of the masses excluded from participation.

¹ Diretor de pesquisas emérito no CNRS/CERI-Sciences politiques, onde codirige o seminário “Psicanálise e Ciências Sociais”. Email: francois.bafoil@sciencespo.fr.

Key-words: Formalization and informalization; Reich; Aristocracy; Lack; German neurosis; Binding and unbinding; “Normative and mental traditions”; Freud.

No texto *O colapso da civilização* (Elias, 2021 [1961-1962], pp. 397-527)², escrito na ocasião do processo Eichmann, Elias compreende a Alemanha nos termos de uma visão de mundo (*Weltanschauung*) que foi construída no decorrer do tempo sobre a base do reconhecimento de uma origem faltante e que a formação de um conjunto sistemático de crenças coletivas de instituições coercitivas procurara preencher. Esta experiência fundadora negativa, ligada à perda original do Reich, deve ser remetida à disseminação geográfica dos povos alemães sobre vastos territórios, sua ausência de unidade e sua busca compulsiva de um chefe capaz de unificá-los. Faltas que pretenderam compensar por meio de fantasmas de grandeza e grandiosas representações de si nas formações do espírito, que Elias denomina “tradições mentais e normativas”³. Procurando substituir a realidade original deficiente e traumatizante, elas alimentaram o núcleo da patologia alemã que resultou nas coerções exercidas sobre os indivíduos por meio de instituições autoritárias e militares. Estas representações ideais forneceram imagens coletivas de identificação, mas sem articulá-las a uma origem regulatória positiva. Foram estabelecidas, além disto, sobre a única base de forçar os indivíduos à submissão absoluta à autoridade, à disciplina de ferro e ao respeito indefectível da ordem dada. O resultado disto foi ao mesmo tempo a dimensão formal da adesão a estes ideais, a fusão dos indivíduos num “nós” coletivo massificado e o risco, sempre ameaçador, de cair em conflitos insolúveis, prelúdios da queda na barbárie. Este pode ser o esboço, em grandes traços, do eu coletivo alemão que denominamos

²² Capítulo “L’effondrement de la civilisation”, publicado em *Les allemands*, escrito por Elias entre 1961-1962; citado aqui na edição de 2021.

³ “As tradições normativas e mentais” dos alemães foram impostas tanto pela longa história da disseminação quanto pela ausência de chefe e da autoridade central”. Elias, 2021 [1961-1962], p. 421.

igualmente como *habitus*⁴, mas talvez mais precisamente, retomando o termo de Elias, como “a neurose alemã”⁵.

Situando no coração de sua reflexão as noções de falta mas também de repetição de um estado incerto, de sentimento de fraqueza e de inferioridade, assim como as de conflito, de desejo e de fracasso para compreender o que ele identifica sob o termo de neurose, Elias está muito próximo de Freud. Sua originalidade é ancorá-las na história e analisá-las como objetos sem cessar reformulados à luz das experiências coletivas que os indivíduos reproduzem à sua própria escala. Mas talvez Elias esteja mais próximo de Freud quando, à sua análise dos efeitos de concordância ou desvio entre a estrutura social e seu alicerce psicológico individual, ele associa a dinâmica conjunta de civilização e de descivilização. Esta dinâmica opera sob os auspícios do crescimento das ligações sociais pelo fortalecimento dos códigos sociais – o que ele denomina “formalização” -, e os de desvinculação que os desfazem, a informalização.⁶ Aliás, Elias fala de processos de extensão e de decomposição que “andam juntos” (Elias, 2021 [1961-1962], p. 408). Com efeito, longe de se suceder separadamente um ao outro, os dois processos de formalização e de informalização se interpenetram.⁷ É o que explica a fragilidade das civilizações, sempre ameaçadas de caírem no oposto, o negativo, que é a barbárie. Este conflito dos dois processos da cultura na base do desenvolvimento histórico de ligação e desligamento das relações sociais não deixa de lembrar aquele que é analisado por Freud quando ele opõe Eros e Tânatos, para compreender a complexidade das vias da civilização (Freud, 1939). A psicanálise é mais trágica ao concluir a respeito da impossibilidade de determinar a solução deste conflito, enquanto o sociólogo exibe sua crença em sua positividade histórica.

⁴ Na introdução ao texto *Les allemands*, Elias escreve: “O problema central consiste em saber como o destino de um povo se sedimenta no curso dos séculos no *habitus* dos indivíduos que o constituem. Uma tarefa incumbe aqui aos sociólogos que mesmo à distância lembra que Freud tinha feito sua. Ele buscava descobrir o laço entre o destino, e particularmente o destino pulsional de um indivíduo e seu *habitus* pessoal”, Elias, 2021 [1961-1962], p. 33.

⁵ “Mas existem também os laços análogos entre o destino assim como as experiências de um período que é cada vez o seu. Neste extrato da construção da pessoa – chamemos provisoriamente o extrato do “nós” – encontramos com frequência em ação complexos, sintomas de perturbação que cedem apenas em força e em opressão aos das neuroses individuais”, Elias, 2021 [1961-1962], p. 33.

⁶ Ver Norbert Elias, “Civilisation et informalisation”, in *Les Allemands*. 2021. pp. 35-161.

⁷ “Le processus d’expansion et les processus de décomposition marchent de conserve, e (que) les seconds peuvent l’emporter sur les premiers”, Elias, 2021 [1961-1962], p. 408.

Dois eixos cruciais da abordagem psicanalítica são, pois, recompostos na pluma de Elias e justificam a comparação com vários enunciados freudianos. O primeiro é o eixo filogenético que remete à espécie, e o outro, ontogenético, que remete ao plano do indivíduo. Elias os realoca na oposição entre sociogênese e psicogênese, o que quase não é diferente, não fosse o fato de que o *socius* na história é substituído pela espécie, muito ligada ao campo biológico para certos comentadores da obra eliasiana. Qualquer que possa ser esta controvérsia, o entrecruzamento de duas dimensões se dá no vazio da origem que Freud figurou na morte do pai, e Elias no desejo do chefe, que se considera como capaz de apaziguar a dor que resulta da falta original.⁸ O segundo eixo é o da civilização entendida como crescimento dos laços sociais e, para retomar o termo eliasiano, o da descivilização, apreendida como processo de desligamento. Freud o interpreta em termos de ambivalência do amor e do ódio.

I- O núcleo psíquico da história. Falta original e “tradições normativas e mentais”.

Geografia e história da perda.

Segundo Elias, o psiquismo alemão é afetado por uma falta explicada por uma constatação de ordem histórica: a perda do Reich, o primeiro império. Ela dá sequência à disseminação geográfica dos povos alemães no seio de imensos territórios, que explica tanto sua ausência de unidade quanto o desejo de um chefe capaz de assegurar esta última. A história na Alemanha é assim feita da longa duração da perda da unidade territorial que renova sem cessar a desintegração das cortes principescas, isoladas umas das outras para chegar a uma falta notória de unidade da nação. E quando o Reich, enfim, aparece em 1871, não será como sujeito de sua própria história, expressão da vontade geral, mas como um conjunto de corpos separados uns dos outros

⁸ Em um dos seus últimos textos muito críticos em relação a Freud, Elias rejeita o mito da horda porque na sua opinião “tudo leva a crer que se trata aqui de *processos sem começo*”. Segundo Elias, os homens sempre viveram em grupo. Não há data identificável mais do que pai originário identificável. Em Elias, 1990, “O conceito freudiano da sociedade e para além”, e em *Au-delà de Freud, Sociologie, psychologie, psychanalyse*. (traduzido do inglês e do alemão por Nicolas Guilhot, Marc Joly e Valentine Meunier, texto estabelecido e apresentado por Marc Joy, prefácio de Bernard Lahire, 2000, edições La découverte, pp. 132-185. Aqui, p 145.

de maneira estanque e todos submissos a uma ordem autoritária, captada pelos aristocratas. A noção de sujeito não tem nada a ver com a de participação ativa, tal como os países vizinhos da Alemanha souberam implementar.

Esta falta, segundo o sociólogo, está na origem do traumatismo propriamente alemão, que contribuiu historicamente para a formação das “tradições normativas e mentais” marcadas pelo selo da perda e do fracasso. Este equivalente do *habitus* ancorou, no mais profundo psiquismo dos alemães, a convicção de que “seu povo era assim feito de tal modo que permaneceria desprotegido, a não ser que surgisse um chefe poderoso, um kaiser ou um Führer, capaz de salvá-los de si mesmos não menos do que livrá-los de seus inimigos”. (Elias, 2021 [1961-1962], p. 421) Este desejo de chefe percorreu todas as ordens e dinamizou a formação de representações substitutivas consideradas apaziguadoras, sob a forma de sonhos despertos de mitos, relatos dos contadores e poetas, ou ainda de alucinações reguladoras; por exemplo, “o Reich de mil anos”. Estas representações acompanharam a implementação da disciplina da sociedade e sua crispação, sobre instituições autoritárias postas a serviço de políticas inadaptadas, raramente coroadas de sucesso.⁹ Como se fosse movido por uma energia entrópica, o processo histórico não cessou de repetir a queda original: “Considerada com todos os seus altos e baixos, a história multissecular da Alemanha, posto à parte seu caráter inabitualmente caótico, nunca foi a de um poder declinante” (idem, p.454).

Em razão do velamento da realidade dolorosamente vivida por fantasmas de grandeza de toda ordem, uma reserva considerável de frustrações acumulou-se e só esperava uma oportunidade para se transformar em violência irreprimível. “A propensão dos alemães em fantasiar um ideal comum fora de sua realidade cotidiana era tanto mais forte – de fato ela não cessava de se regenerar – quanto este ideal era de uma grandeza nacional que pensavam ter perdido (ibidem, p. 433). A guerra será a saída para esta acumulação de recalques e, alardeando por várias vezes a história alemã, principalmente do século XIX, ela culminou no nazismo no século seguinte.

Destas abordagens resulta uma longa duração trágica marcada pelo selo da falta, pois cada acontecimento é um acontecimento de destruição.

⁹ “Na Alemanha, uma longa tradição de governos autocráticos foi de par com a ausência relativa de sucesso”. Elias, 2021 [1961-1962], p. 454.

Neste sentido, 1918 é apenas o último avatar de uma série ininterrupta de fracassos. Sua tradução psíquica foi lida, de um lado, com um sentimento de perda exacerbado e, de outro, com o desejo de se entregar com pés e mãos atados a um homem que viria enfim restabelecer a grandeza passada e perdida, fazendo do futuro um estado irreal, contudo intimamente experimentado como já tendo fracassado, mas, todavia, sem cessar desejado e buscado. Uma das manifestações da neurose alemã se deixa apreender neste masoquismo constantemente mantido. Como se fosse sob o efeito de uma compulsão de repetição incansável, a história iria inevitavelmente chegar a seu termo, que não é outro senão o retorno da perda original. A outra consequência consiste no primado de uma classe, a elite aristocrática, que difunde seus valores, seu *ethos* e seu modo de ser nas outras partes da sociedade, no seio da qual a burguesia se mostra incapaz de encarnar a menor oposição. Bloqueada em sua impulsão reformadora e democrática, ela fica reduzida a imitar a aristocracia para melhor se distinguir da classe trabalhadora, aproveitar os frutos da unificação alemã, deixando passar diante dela a autocracia.

Neste jogo social no qual a arrogância dos aristocratas se fortalece com o mimetismo da burguesia, um “espírito” nacional, *der Geist*, vem a dominar o espaço público: impregnado de valores da elite aristocrática que se pensa como depositária da civilização, e moldado pela sua autossuficiência, este espírito é feito de submissão à ordem estabelecida, do desejo de força e do dom ao grande homem. Quanto à burguesia, ela se mostra incapaz de fazer valer suas reivindicações. É por isto que ela deixou para os artistas, músicos e filósofos o cuidado de encarnar a única alteridade cultural possível, mas sem nenhum poder. Quanto aos operários e camponeses, que representaram a grande maioria da população, eles fazem parte de uma massa indistinta, a massa dos “eles”, irremediavelmente excluídos de qualquer participação na vida política.¹⁰ Neste teatro de sombras, as frustrações e os rancores se acumulam. Eles vão se transformar em violência, desencadeadas sob o duplo efeito, de um lado, da insatisfação das expectativas expressas pela sociedade em relação aos indivíduos, uma vez que as instituições às quais estão submissos se mostram incapazes de satisfazê-las, e, de outro lado, da falta de confiança ressentida a respeito

10 Elias aprofunda este tema num texto tardio de 1987: “As transformações do equilíbrio” “Nós”, “Eu” in Norbert Elias, 1991, *La société des individus*, pp. 295-301 (Apresentação de Roger Chartier), Fayard Agora, aqui páginas 268 e seguintes.

daqueles a quem se deram. As coerções pacientemente elaboradas se revelam inoperantes e os processos de adesão, vazios de conteúdo, invertendo assim as dinâmicas de construção da ordem social e revelando seu inverso, a informalização.

Formalização, informalização e dominação de massa

A dinâmica de formalização remete à capacidade do indivíduo para se conformar às expectativas do grupo e a afirmar sua personalidade pela formação das regras sociais, expressão das expectativas coletivas. É por este meio que ele obtém satisfação¹¹ e que a instituição retira o senso de sua legitimidade. Ora, se esta dinâmica de informalização traduz um crescimento dos laços sociais pela via do fortalecimento das regras e da internalização subjetiva da coerção, seu oposto é a dinâmica de informalização que, por sua vez, remete aos processos de dissolução dos constrangimentos e de identificação que caracterizaram a sociedade num dado momento. A informalização revela o fermento da dissolução da ordem quando os códigos sociais se mostram incapazes de unificar os indivíduos.¹² Apreendidos no prisma do indivíduo, esta dissolução opera em favor de uma coerção mais reduzida que, para além da crise das instituições sociais e políticas, é explicada primado do eu, que pela falta de satisfação na esfera limitada do eu. Este último traduz, ao mesmo tempo, a distância em relação ao coletivo, cujo poder de pressão é diminuído, e o podemos interpretar, em termos freudianos, como retorno do eu ideal, aquele do tempo do narcisismo.

No processo secular de ajustamento social¹³ a uma ordem coercitiva que se impôs na Alemanha “pelo alto”, forjando as consciências e forçando os

¹¹ “Entre os critérios de pertencimento, a capacidade de dar satisfação, a obrigação de observar um mesmo código de honra”. Elias, p. 127.

¹² Em outros textos, Elias analisou os progressos desta informalização por meio da evolução das práticas de vestuário e do fato de que ao final da época wilhelmiana as saias e os corpetes deixam à mostra as pernas e os seios: “Adquire-se, assim, de passagem, uma visão de um grande crescimento de informalização do vestuário que ocorre ao longo de todo o século XIX. As pernas e os seios saem lentamente do esconderijo ao qual estavam relegados em nome de uma superioridade masculina indiscutível”, p. 120.

¹³ Para Elias, a sociedade não pode ser compreendida como a formação do eu sob efeito das regras sociais como pensa Durkheim nem na oposição radical entre o eu e o social, como pensa Freud, mas como um processo em evolução constante de ajuste e desajuste; ajuste do eu à sociedade. (Elias, 2021 [1961-1962], p. 444)

indivíduos à auto-coerção, estes últimos certamente tiram satisfações, mas não aquela de participar das instituições, quando estão em massa. Eles permanecem estranhos à ordem política alemã, captada pelas elites aristocráticas. Este é o efeito da inclusão de tipo alemão, o de ter conseguido unificar os indivíduos nas instituições pela força e auto-coerção e de tê-los satisfeito pela imitação das normas de comportamento, mas sem consciência íntima de identificação, em outras palavras, sem a convicção da identidade do e, u com as instituições. Diferentemente da massa na França, quando ela surgiu na cena pública em 1789, ou mais cedo na Inglaterra, com Cromwell, a massa alemã não é sujeito da história no momento em que o Reich é instalado em 1871. O espírito de disciplina e o sentido da autoridade nada perderam de sua força na formação do império, ao contrário, e sua aparição corresponde à extensão integral das instituições da Prússia militar e autocrata ao conjunto dos Estados alemães. Fundada sobre a ordem da guerra e da disciplina hierárquica, a transição no império não se abre a uma mudança de regime da qual emergiria um sujeito histórico. Os mecanismos precedentes de inclusão (como a submissão) e de exclusão, a dos estrangeiros, permanecem sem mudança. É como se a unidade tivesse “caído do céu” (Elias, 2021 [1961-1962], p. 448). Ela faz com que a transição brutal tenha sido operada sem mudança e sem criar uma nação, mas sobretudo reforçando o sentimento da distância em relação às elites dirigentes, os “eles”. Como bem havia visto Max Weber, que o lamentava amargamente, o II Reich absolutamente não conduziu à formação da nação alemã mas ao fortalecimento do autoritarismo, logo, da dependência. Em vez e no lugar da nação cidadã, o império legitimou a ordem prussiana, reforçando a tradição de obediência sem participação, assim como as regras de controle burocrático. A este respeito, longe de permitir a recuperação desta que “chegou tarde”, que era a Alemanha na cena europeia (Plessner, 1935), a criação do império só fortaleceu as tendências à submissão e à disciplina, que fizeram a cama de um autoritarismo crescente, e no final a do nazismo. “Na maior parte dos estados alemães, um processo de dependência havia produzido no curso dos séculos atitudes e crenças emparelhadas à ideia de uma lei absoluta editada do alto sem participação, - a não ser uma participação mínima, da massa submissa” (Elias, 2021 [1961-1962], p. 445)

II- Lógica da destruição

A outra dimensão psíquica constitutiva da ordem alemã, ao lado do processo de formalização e de informalização, remete ao niilismo radical que alimenta a certeza da vacuidade absoluta do dom de si à pátria. O sacrifício exigido do indivíduo pela instituição é vão, porque a morte o cerca e o completa. Elias o compara ao “serviço do amor”¹⁴. Este niilismo constitui o quadro mental alemão por excelência, na medida em que força à submissão e ao gozo masoquista de obedecer, em toda consciência, à vacuidade deste ato de submissão. Neste momento está aberta a via para a barbárie.

O desejo do mestre

Esta ausência de identificação com as figuras da autoridade, a não ser de maneira inteiramente formal, e, logo, esta ausência de projeção nas imagens positivas, independentemente do processo de internalização desejada pela coerção, obriga a uma repetição incessante do passado. Isto se explica pela procura contínua do mestre, que é desejo de um homem forte; um desejo de um mestre que é desejo da origem salvadora, e busca incessante, no passado, da solução impossível, em razão da origem perdida¹⁵. Revela-se, assim, o núcleo psíquico conflitual nunca absorvido, pela falta de capacidade de adesão, a não ser forçando as consciências, que assujeita, sob uma regra não negociável, mas ao preço de uma repressão e de uma frustração constantes. Esta é a neurose alemã. Abolida numa origem irremissível, a repetição se estende à morte fantasiada como santificação, que são traduzidas pelos cantos “sepulcrais” sempre remoídos, e a retomada do *morituri te salutant* dos mártires que partem para o combate (Elias, 2021 [1961-1962], pp 438-439).

Ora, por pouco que as condições o autorizem, a acumulação das frustrações desemboca no desencadeamento das paixões destrutivas.

14 É importante notar o quanto este niilismo ressoa nas considerações freudianas examinadas acima a propósito das dinâmicas constitutivas da massa, que a psicanálise compara analogicamente aos que prevalecem nas relações do casal de amantes (cap. 2, p..). Para Freud, é a ilusão que triunfa e com ela o movimento de rebaixamento e elevação do outro num movimento inconsciente que podemos qualificar de masoquista. Com Elias, é o masoquismo consciente, pois é articulado à clara consciência da vacuidade dos ideais. (Elias, 2021 [1961-1962], p. 454).

15 “As continuidades de uma tradição mental nacional, de uma “mística nacional”, reforçadas pela repetição de experiências similares constituem poderosos determinantes da conduta”. (Elias, 2021 [1961-1962], p. 422).

Quando o controle social se relaxa e o autocontrole diminui, a interdição é suprimida. Elias identifica, antes mesmo do nazismo, na unificação alemã de 1871, um sinal desta dinâmica na qual, à frustração e ao sentimento de inferioridade alimentados nos períodos precedentes, sucede, com a unificação, um transbordamento de suficiência, de certeza de si, de sentimento de onipotência. Certeza de que o Reich vai retornar, em seu esplendor imperial, mas no fundo este sentimento obscuro e permanente da inelutável destruição que virá, expressão igualmente de um desejo de uma derrocada como retorno do recalcado. Parece que a melancolia aqui beira o gozo num momento mesmo em que o desejo tanto tempo contido está ao ponto de se realizar. Vê-se então essa “tradição mental e normativa” associada à certeza de que cada momento de grandeza deve ser pago com a derrota e a diminuição do território nacional. Até à morte.

A outra dimensão “mental” se mostra na autopiedade e no sentimentalismo propriamente alemães detectados por Elias no segundo fenômeno histórico de dissolução: o que vê o rebaixamento e a dissolução das comunidades tradicionais (*Gemeinschaft*) construídas sobre a base de pertencimentos religiosos e mediações sociais e políticas na qual cresceu o eu. O eu ressenete-se de um conflito consigo mesmo. É o que o distingue do conflito freudiano no que ele tem de propriamente coletivo, inscrito numa situação histórica particular e, logo, social. Ele se move entre sua própria vontade de sobrevivência e aquela que ele atribui a estas comunidades originais de perdurar, restando sua queda inelutável.¹⁶ Não é que elas desapareçam sem retorno, e o sentimentalismo faz referência a este sentimento de perda e pesar que afeta o eu quando ele ressenete, no mais profundo de si mesmo, sem poder freá-las, estas dinâmicas de liquidação das antigas forças de formalização para dar lugar à indistinção do grande todo que o Estado encarna.¹⁷ O desejo de um chefe e o da história enfim gloriosa são pagos com o preço alto da perda das antigas comunidades eletivas. É sobre o pano de fundo deste processo conjunto de descivilização, de formalização e de informalização, todas penetradas pela perda e pela fuga ao

¹⁶ “Era, em primeiro lugar, um conflito entre o desejo de sobrevivência pessoal dos indivíduos e o desejo que sobreviveu a eles de sua sociedade de pertencimento – ou seja. Uma unidade social à qual eles estavam ligados por um sentimento identitário e que, ao mesmo tempo, os transcendia”. (Elias, 2021 [1961-1962], p. 460).

¹⁷ “Os Estados-nação do século XX, mais talvez que qualquer outra forma estatal anterior, são Estados do “Nós” – organizações às quais o conjunto de camadas sociais se identificam, certamente num nível diferente”. (Elias, 2021 [1961-1962], p. 464).

mesmo tempo de tensão e de disciplina criadora, que se deixam apreender as dinâmicas fundadoras da vida e da morte que estruturam o Geist alemão, e que a guerra acaba por concluir.

Nós e a guerra. A ordália.

Já se disse que aquilo que caracteriza a Alemanha para Elias é uma *Weltanschauung*¹⁸, moldada pelo sentimento de singularidade única, que força o sacrifício individual e coletivo e que encontra na morte a justa sanção do seu desejo. Esta representação forja a noção de Sonderweg, o caminho de exceção alemão, tantas vezes repetido e procurado na história alemã, até ser retomado pelo regime do leste alemão, em sinal de distinção radical em relação à história alemã.

A noção de um “Nós”, fusão de almas e corações o encarna o máximo possível segundo modalidades particulares a cada nação moderna. Aos olhos de numerosos alemães, ela se dá na oposição da *Kultur*, ancorada no território local, e a variedade dos costumes e a *Zivilisation*, própria da Revolução Francesa que se quer portadora do espírito do progresso, dos valores universais. Enquanto com os franceses o “Nós” se abre sobre a concepção do cidadão associada aos direitos do homem, ele desaparece entre os alemães. Para estes últimos, o “Nós” é um fantasma da origem reencontrada que funciona como a reconquista da unidade perdida, sem que por isto o indivíduo encontre aí o seu lugar. No “Nós” alemão, o eu singular não tem mais lugar, ele é comunidade, feito de disciplina e de ordem internalizada até fazer do eu apenas a repetição mecânica desta totalidade sem alternativa, se autorrefletindo na sobrevalorização de sua própria grandeza. Além do fato de que, a este preço, nenhum entendimento parece poder ser encontrado entre as nações vizinhas,¹⁹ tal visão da nação não pode se abrir a não ser para a

¹⁸ “O que havia de mais especificamente alemão era uma *Weltanschauung*, uma visão geral do mundo, um tipo particular de crença”. (Elias, 2021 [1961-1962], 428).

¹⁹ Em várias ocasiões em seu ensaio. Elias opõe os alemães, aos britânicos, e, (em menor grau) aos franceses: ao britânico, penetrado por seu respeito pelas instituições, o alemão opõe o fervor das emoções. O entusiasmo pelo perigo, o confronto inelutável, o penacho do cavaleiro. O que os distingue, é, de um lado, o território, unificado ou não (no caso da Alemanha) e a existência de classes trabalhadoras e de burguesias que fazem valer seus direitos. O que é próprio da Alemanha se deve à força irreprimível das convicções que escapam a toda prova de

morte, num entusiasmo irreprimível. Nesta abolição do eu em um “Nós” indistinto, a guerra é a última *ratio regnum*, a revalorização da antiga ordália, a justificação mesma do Estado. Pois é bem dele que se trata in fine: um Estado, forma suprema da Ideia histórica, completando a visão hegeliana da história como desdobramento da razão, na qual as particularidades comunitárias e sociais são abolidas e dão sentido à experiência coletiva, que, por sua vez, é apreendida como um eu coletivo, no qual o indivíduo se funde, se realiza e é abolido.

Ao fazer isto, Elias traz à luz o fundo de excitação mítica das gerações que precederam a Grande Guerra em busca de um Estado forte e que culminou nas “ideias de 1914”²⁰. Modeladas no mais ardente nacionalismo, estas “ideias” reivindicaram a mais agressiva xenofobia, principalmente contra os franceses e os britânicos, que Thomas Mann saberá, sobre o fundo da oposição entre cultura e civilização, transmutar em um ódio irredutível contra a revolução francesa e o liberalismo inglês (“o utilitarismo ou ainda o materialismo vulgar”²¹). Weber compartilhará, neste momento preciso de agosto de 1914 até 1915, este entusiasmo místico em relação à guerra “*gross und wunderbar*”²² e Ernst Jünger, mais tarde, o transformará em uma experiência estética que se vê como incomparável e na qual a dimensão mística esconde mal a aspiração patológica ao sacrifício.²³ Para estes três autores, a luta (*der Kampf*) é um significante-mestre de seu pensamento, que se completa com o “combate pela vida” (*der Kampf um's Leben*), quando ele se encarna na corrida geral para as trincheiras para a dominação do mundo,

realidade; a internalização da ordem superior e da disciplina; uma força multiplicada pela massa, condensação num “Nós” fusional.

²⁰ Sobre as “ideias de 1914”, ver François Bafoil, 2018, p. 278 e seguintes.

²¹ Thomas Mann, *Les considérations d'un apolitique*. Desde sua primeira obra publicada às vésperas da Segunda guerra mundial, Elias havia tratado desta oposição radical entre o espírito sério, encarnado na *Kultur* e a frivolidade de uma sociedade de corte que era considerada como representante da “Zivilisation”. A propósito da Alemanha, que sempre quis ser o país da retidão e da franqueza, Elias escreve que “a noção de cultura” reflete a consciência de uma nação obrigada a se perguntar constantemente a que corresponde seu caráter específico, e acrescenta: “Mas há séculos nos inquietamos em saber o que constitui o caráter da nação alemã”. In Elias, 1973, p. 14.

²² Ver Bafoil, 2018, op. cit., capítulo 12.

²³ Elias consagrou um comentário crítico dos romances de guerra de Jünger, notadamente *Orages d'acier*, que põe em cena a camada de jovens suboficiais totalmente impregnados de ideais aristocráticos e cuja brutalidade abertamente exibida se inscreve na “tradição antimoral, anti-humanista e anti-civilizatória de grandes partes da burguesia wilhelmiana”, in “La littérature favorable à la guerre dans la République de Weimar” (Ernst Jünger), in *Les allemands*, op cit., pp. 281-288, aqui p. 286.

neste momento preciso da história. Esta explosão de gozo se dá pelo desafio da realidade tanto esperada pela geração que precedeu a guerra, invertendo em uma confusão trágica a realidade exterior e a alucinação do desejo. Elias, que passará no front toda a guerra, de 1915 a 1918, está nos antípodas deste nacionalismo mortífero, propriamente alemão.

III – Elias e Freud

Pode-se agora tentar examinar o propósito eliasiano, à luz das categorias freudianas e principalmente a de neurose, se for permitido empregar esta expressão, que busca dar conta, aqui, do conflito resultante da recusa, no seio do eu, da distância entre o desejo individual e a realidade exterior. Elias estabelece este desejo como coletivo, e esta é a diferença que ele reivindica em relação a Freud. Sua originalidade é, certamente, a de dar um conteúdo à falta original, que ele não apreende no conflito psíquico na mais profunda intimidade do eu singular, mas como uma falta de realidade que se desenvolve coletivamente no decorrer da história alemã e que são reproduzidas pelos eus individuais de modo compulsivo. Historicamente, ela se confunde com o sentimento, compartilhado pelos membros da elite e em seguida difundido ao conjunto da sociedade, da perda inicial do Reich alemão e do sentimento de queda que nunca cessou e não podia ser reparado. Para se proteger disto e para melhor se libertar, os chefes estabeleceram que o princípio da disciplina de si – a mais exigente auto-coerção interna – era a única medida para responder a estes sentimentos. Assim, foi fundado o princípio da disciplina como pilar da ordem social, simbolizada pela hierarquia militar, cujo caráter trágico e vão é de não se repousar sobre nada a não ser sobre uma tensão sempre crescente. E todos os projetos alemães não cessaram de tender para este fim, reconhecido como perdido de antemão: refundar uma origem perdida, fonte de uma grandeza desigual e nunca atingível. A honra militar tem este preço. Não podendo alcançar este fim, o fracasso da tentativa tornou-se a própria razão da ação política que, buscando um objetivo de antemão perdido, deixou livre curso aos desejos mais funestos. De parte a parte, a história alemã é a expressão desta neurose.

Esta lógica da destruição própria do princípio alemão, tanto individual quanto coletivo, é identificada por Elias sob os traços do masoquismo da obediência, que se cumpre em pleno conhecimento da vacuidade do ato: logo, em plena consciência de que só a morte vale a pena ser buscada. O

masoquismo se enraíza na melancolia e aqui, na nossa opinião, Elias reformula o que Freud escreve em 1915 quando compreendeu isto, por meio do conflito torturante entre o eu e ele mesmo, vergando-se sob a censura incessante de seu superego. Por não ter sido capaz de guardar o objeto do amor, o eu se constrange sem trégua a sofrer, até se dar a morte ou então cair na barbárie (Freud, 2005, pp 261-280).

A melancolia opera, segundo Elias, não somente sobre o psiquismo individual, mas igualmente sobre a dinâmica de informalização. O ilustre exemplo que ele fornece é o da ruína do regime asteca, cuja apatia dos sucessores pode ser explicada, segundo o sociólogo, por uma espécie de depressão (termo que ele toma emprestado ao antropólogo Rivers, que o utiliza para compreender os Melanésios). A depressão, ou ainda, a melancolia, encontra sua fonte neste rastro do objeto perdido. Mas enquanto Freud a associa ao conflito do eu e do superego cruel, Elias a enraíza na capacidade do indivíduo para corresponder ou não às expectativas sociais. O que dá no mesmo, se admitimos que a instituição se vinga do indivíduo que não responde à sua expectativa. Logo, sobre o pano de fundo de uma constatação idêntica da falta fundadora, o vício de origem, Freud associa as emoções à economia pulsional do indivíduo, ao passo que Elias as liga à organização social. A prova é que, na sequência de seu texto, quando se trata da corte de Guilherme II, Elias cita o texto de um cronista que descreve a alegria profunda do jovem oficial pisando pela primeira vez o chão do palácio real (Elias, 1961-1962, p. 108-109). O que se deve entender aqui, senão que as paixões da alegria, do encantamento, do gozo, diante do esplendor coletivo são o signo da integração social e que, em contrapartida, se deixa perceber na tristeza e na depressão do abismo da exclusão e do banimento? Em outras palavras, o retorno da origem faltante no coração do social?

Isto significa o quanto este sentimento da perda irremediável barra a via ao simbólico, se entendemos por este termo o reconhecimento da autoridade superior, portadora de proibições e limite admitido (mesmo que fosse pela força) das ambições desmedidas do eu. É isto que o termo de “castração” (que Elias não emprega), designa na passagem do narcisismo infantil ao reconhecimento, em outras palavras, a legitimação da ordem coletiva. Freud a interpreta em termos da oposição entre o eu-ideal (Ich-Ideal) e o ideal do eu (Ideal Ich) (Freud, 1914). Ora, o sentimento de perda dos alemães lhes oculta a instância de castração, considerada capaz de permitir o acesso à realidade social, tornando a ordem disciplinar, a do símbolo, exterior ao indivíduo. Se a dinâmica de auto coerção no fundamento da

coesão social é bem real no seio do povo alemão – Elias se explicou isto largamente por exemplo, ao concentrar-se no fenômeno do duelo - mas ela não deixa por isto de ser menos abstrata: faz falta a ele o que Freud chama de identificação com as figuras da autoridade, a adesão a suas escolhas e, mais ainda, o sentimento de pertencimento do eu ao nós, termos usados por Elias. Em suma, a adesão faz falta pois a dinâmica de projeção é barrada.²⁴ A identidade é substituída pela imitação. Resulta daí uma adesão mecânica à autoridade, um reconhecimento formal da ordem social que deixa aberta a via do único prazer de si.

Elias o confirma quando estabelece que a Alemanha se define pela recusa de enfrentar a realidade, que significa sua própria perda (de sua origem, de seu território, do Reich). E é este sentimento de perda em relação à possessão dos mais altos valores que explica a queda na barbárie (Elias, 2021 [1961-1962], p.472). Esta recusa da realidade dá conta da preferência pela mentira e para as soluções substitutivas do ideal (as formações de desejo”, para retomar um termo freudiano), que finalmente só pode ser satisfeito pela destruição contínua e total da realidade objetiva (exterior). Elias é muito próximo de Freud quando enraíza as “formações tradicionais normativas e mentais” alemãs na lógica da destruição contínua de uma realidade ao mesmo tempo faltante, recusada e recalcitrante para com os desejos de uma grandeza substitutiva. É isto que explicam as dinâmicas de perda de sentido e perda do estatuto dos alemães na história, mas também, consequentemente, sua recusa deliberada em reconhecer a distância que separa o desejo da realidade exterior. A “neurose alemã” alimenta a busca de uma unidade perdida. Uma vez que se admita isto, parece-nos que Elias afasta-se de Freud, abordando de maneira original três dimensões fundamentais do pensamento freudiano: a culpabilidade, a satisfação e o gozo.

Na nossa opinião, não se poderia representar melhor o sentimento de culpabilidade entendido. Em primeiro lugar, a culpabilidade. O termo só aparece excepcionalmente sob a pena do sociólogo, mesmo que pareça que se trata bem dela, na insistência de Elias em sublinhar a inelutabilidade do

²⁴ “Quanto menos as auto coerções individuais são sustentadas no cotidiano por normas e fins comuns, menos é possível sentir-se permanentemente à altura de seus próprios ideais; e assim, maior é a ânsia de ocupar-se dos acontecimentos que saem do ordinário como meios de satisfação, como ocasiões suscetíveis de liberar cada um da servidão do egoísmo, deixando pressagiar uma comunhão emocional através da devoção a um mesmo corpo de ideais”. Elias, 2021 [1961-1962], p. 432.

fracasso das ações empreendidas pelo povo alemão em razão da permanência da falta original. Enquanto para os britânicos ou para os franceses o império era um quadro no qual as dinastias haviam se desenvolvido, para os alemães, escreve Elias, “ele significava alguma coisa que o povo havia perdido” (Elias. 1961-1962, p. 424). Ao orgulho de si dos países vizinhos associado a dinastias brilhantes, a Alemanha opunha o sentimento de inferioridade de um país que se considerava fraco como o sentido da responsabilidade e a vontade de autopunição que lhe está associado.²⁵ A inflexibilidade do sentido do dever e a rigidez dos engajamentos morais eram o seu preço compensatório.

Desta nossa hipótese, segundo a qual a culpabilidade resultaria desta falta, no mais profundo do eu e da sociedade, deve-se pensar que o emprego do termo de culpabilidade teria obrigado Elias a ancorar a dimensão de auto-coerção individual no campo do pulsional? Em outras palavras, ao custo da dimensão do social? Contudo, não faltam sob sua pluma razões para evocar a pulsão, por exemplo, quando ele identifica o tema da repetição no fundamento da história e do eu neste desejo de abatimento que, do seu ponto de vista, é testemunha da neurose alemã. O que retorna como compulsão (de repetição) se mostra na repetição da dinâmica de projeção num futuro fechado pela falta original. Do que pesa como uma tendência inelutável à repetição e que se exprime por meio de instituições sempre mais coercitivas, pode-se perguntar por que Elias não o esclarece com um questionamento sobre a pulsão de morte que esta compulsão de repetição parece designar.

Quanto à satisfação – esta capacidade para corresponder à expectativa posta no indivíduo pela estrutura social que “espera” por este meio ser confirmada – ela parece não ser, sob a pluma do sociólogo, senão social, e sobre este ponto Elias parece mais próximo de Weber do que de Freud. À semelhança do primeiro (Weber, 1988, pp. 431-449). Elias põe o princípio da integração social por intermédio da satisfação que resulta da conformação às expectativas do grupo que se vê assim legitimado em sua esperança em relação ao indivíduo, quando este ganha a gratificação do estatuto de membro. A satisfação se articula ao pertencimento ao grupo, que define o que se deve entender pela realidade e, se for possível, na nossa opinião, usar aqui o termo de gozo, é porque a este estatuto de membro é ligada à exclusão

²⁵ Aqui também deveria ser conduzida com Weber, quando este último se impõe como um dever íntimo insuperável assumir sua exigência de responsabilidade diante da história, a da Alemanha e a de seus país.

dos que não compartilham dele. Gozar não é somente ser membro mas, simultaneamente, gozar daquilo que os outros não podem ser. Esta é a razão pela qual a exclusão para fora do grupo é a fonte do maior desprazer que existe: ela mostra a incapacidade do membro em satisfazer a instituição, em outras palavras, legitimá-la. O que alimenta a vergonha e, mas Elias não usa este termo, a culpabilidade. Não satisfazer a expectativa posta no membro do grupo é da parte deste último o sinal de que ele deslegitima a instituição que pode, então, vingar-se excluindo-o. As instituições são bem o lugar onde se encarnam os conflitos que, certamente, podem ser pacificados pelas regras, ao imporem códigos que podem obrigar a cada um, mas somente por uma duração limitada enquanto os processos de informalização, ou seja, de não satisfação de uns e de outros, estejam operando.

No entanto, se bem que ele afirme que a estrutura do poder é uma capacidade de libertação da satisfação e o povo, uma estrutura de expectativa e de abertura ao chefe (Elias, 1961-1962, p. 507). Elias nunca erotiza as relações sociais. Ele jamais aborda de frente a dimensão libidinal da ligação “eu/nós” trazida pelo masoquismo que figura a submissão à hierarquia social como reflexo do sadismo exercido pelo colete de aço forjado pelas elites militares. Esta ligação “eu/nós” exprime, na Alemanha, a impossibilidade de dizer o sexual de outro modo que não seja pela via “do que se espera” (de um dado comportamento), da satisfação (de uma expectativa, qualquer que ela seja) da disciplina e da força. “Fazedor de chuva” que fecunda a terra, “shaman” ou ainda “feiticeiro”, Hitler trata da ferida de 1918.²⁶ Ele que prometeu saciar o povo pela sua onipotência” (Elias, 2021 [1961-1962], p. 509), restaura a grandeza do ideal e a submissão masoquista, para liberar o gozo na explosão da barbárie. Em suma, ele satisfaz as expectativas postas nele: ele faz o bem.

Mas não há menção à libido. Por esta razão, Elias nos parece para alguém de Freud, cujo termo “libido inibido até o fim” (Freud, 1921, t. XVI) pode, paradoxalmente, ser tida, do nosso ponto de vista, como uma das definições mais justas da auto-coerção. É uma sublimação, mas de que, senão do sexual? Como tal, ela está na base das mais elevadas produções culturais e religiosas, pois sabemos que a espiritualidade que as anima se desenvolve sobre a base da transformação forçada do pulsional. Esta definição freudiana

²⁶ “Hitler foi por excelência um curandeiro político inovador (...); ele encarnou uma forma particularmente virulenta de mitologia social e de manipulação mágica da sociedade”. Elias, 2021 [1961-1962], p. 509.

da sublimação ligada ao sexual (Freud, 1905, p. 366), Weber, por sua vez, a retomou (Weber, 1915, p. 366).

Contudo, para Elias, não é falta retomar a reflexão freudiana quando define a submissão ao ideal nos termos de “visão extrema de um fenômeno mais amplo: a identificação aos senhores cuja identificação infantil com os pais constitui a primeira forma na vida do indivíduo, e com frequência sob a forma prescritiva” (Elias, 2021 [1961-1962], p. 509). Uma identificação da qual o sociólogo assinala que é tanto mais forte quando se duplica na exclusão do outro, ou seja, de todos aqueles que não a compartilham. Não tendo fé no objeto da identificação, eles merecem, conseqüentemente, ser excluídos. Entretanto, se ele remete à identificação à sua primeira manifestação, a da criança em relação aos pais, Elias nos interdita pensar a natureza das diferentes formas ulteriores de identificação que se desenvolve no grupo e mais amplamente na massa por intermédio do amor entre seus membros e aquele dirigido ao chefe.

Do mesmo modo, em outras instituições, o desejo absoluto de submissão opera-se ao preço do masoquismo, cuja energia encontra igualmente uma saída no sadismo exercido contra os inimigos da massa, os estrangeiros. Este recuo da parte de Elias é tanto mais surpreendente pois ele remete a dinâmica de identificação à característica própria das tradições morais normativas que consistem, para o alemão, em se dobrar ao ideal e, nesta submissão, encontrar seu prazer e seu sofrimento.²⁷ E Elias explica que a internalização da coerção autoritária pelos indivíduos se abriu para um conflito de legitimidade que os interditou exprimir sua insatisfação e até mesmo, quando o momento chegou, opor uma resistência violenta a uma ordem sentida como profundamente iníqua.²⁸

Pois, afirma Elias, se há um traço próprio dos alemães, é o desejo entusiasta de se submeter a uma ordem imposta; pior ainda, desde que as ordens sejam dadas em nome de ideais, de se submeter absolutamente, sem preocupação com conseqüências. A submissão é a adesão à ordem absoluta,

²⁷ “sua propensão a se submeter de maneira quase entusiasta e com frequência sem nenhum sentimento de alegria às ordens dos líderes caricaturalmente patriarcais (no caso das elites autocráticas tradicionais) até mesmo cruéis e brutais (no caso de autocratas mais recentes e mais democratizados) no momento em que estas ordens fossem formuladas em nome de seu ideal nacional, em nome da Alemanha”. Elias, 2021 [1961-1962], p. 497.

²⁸ “Em qualquer outra situação, levantar-se-iam as mãos sobre os mestres; aqui, alguma coisa o retém. A animosidade suscitada pela opressão é golpeada pela impotência; torna-se inconcebível”. Elias, 2021 [1961-1962], p. 497.

até à destruição. Este desejo de submissão expressa a mais alta moral: aquela que Kant situa no respeito ao imperativo categórico, fonte da grandeza moral. Pouco importa o objeto visado pois o que prevalece é a tensão da vontade. Elias identifica esta força do imperativo categórico de tipo kantiano em um Hans Franck, ministro do Reich em posto da Polônia, quando este afirma: “Ajamos de tal maneira que o Führer aprovaria nossos feitos e gestos se tomasse conhecimento deles” (Elias, 2021 [1961-1962], p. 502). Aqui, o dever de cumprir seu dever se duplica no do reconhecimento incondicional do chefe.

Nestas condições, a fusão da massa com o chefe chega a um resultado do qual nem um nem outro podem se dissociar: “Hitler podia escapar tão pouco das reivindicações de seus adeptos que estes estavam em condições de se liberar das injunções que eles lhes dirigiam” (Idem, p. 504). Daí vem a íntima ligação que ata a moral à barbárie, quando o imperativo categórico se impõe sem consideração nem conteúdo da ordem nem de seus efeitos. A moral consiste em respeitar o imperativo, em outras palavras: em se submeter à lei, sem consideração das consequências. A lei é total; nenhum lugar é deixado para a crítica, para a dúvida, para a alteridade. O alemão é moral em sua obediência radical à lei, até devastar tudo em nome de seu ideal. Este será o argumento de Eichmann, obedecendo até o fim a seu ideal.

Do mesmo modo, continuando ainda muito próximo de Freud, Elias não elabora o conceito do pânico no campo de batalha. Ele, contudo, permitiu a Freud demonstrar a imbricação estreita entre o amor e o ódio, e pensar a inversão do masoquismo em sadismo sob o efeito da incapacidade do chefe para satisfazer as expectativas postas nele.²⁹ Sua fuga vergonhosa diante do inimigo opera o movimento de desligamento para com ele – Elias diria informalização ou ainda decodificação – que libera as forças que a submissão à ordem conseguia manter escondidas e mesmo extingui-las. A obrigação forçava ao amor; a deserção do chefe reabre as comportas do ódio até então retidas. Freud concluirá disto que o ódio antecede o amor, do mesmo modo que a morte precede a vida. O pânico como movimento desordenado de fuga diante do inimigo que avança inelutavelmente e que

²⁹ “Todo prestígio é dependente também do sucesso e desaparece segundo o insucesso”. Freud, 1921, p. 19.

nenhuma força pode mais conter³⁰ é o prelúdio de uma explosão de raiva: a raiva de se vingar de si mesmo por se ter dado a ele. O chefe tão amado doravante é um homem para ser abatido. Se o masoquismo é o inverso do sadismo que o *eu* retorna contra si na submissão à ordem imposta, então o sadismo é o gozo exteriorizado sobre o outro. Este outro considerado como um eu do qual é absolutamente necessário se desembaraçar, por tê-lo frequentado em demasia. A vergonha de ter acreditado nas imagens esplêndidas. A de ter se entregado sem contenção, deve ser apagada. A vergonha é sinal de culpabilidade.

Pode-se então colocar a questão de saber por que esta explosão de ódio não apareceu na Alemanha de 1945, quando seu chefe havia desertado por meio do suicídio. Talvez se pudesse buscar uma explicação na convicção na auto coerção enraizada no povo alemão, aqui principalmente pelo fato de as hierarquias nazistas não haviam cessado de gritar com brutalidade, até que isto passasse a ser uma evidência para os cidadãos alemães, que a vitória dos aliados seria a vitória dos judeus e sua vingança, sem relação com o que havia podido ser cumprido em nome do povo alemão. Ela seria radical e radical, a erradicação do povo alemão da superfície da terra. Goebbels, como o lembra Hannah Arendt, havia afirmado que em caso de derrota o nazismo saberia “fechar a porta atrás de si” e deixar sua lembrança para os séculos vindouros (Arendt, 2002 [1951], p. 78). Pode-se, assim, formular a hipótese de que na queda final de 1945, não é somente a origem do Reich que é pela primeira vez roubada; também não é a última mentira nazista pensando-se como eterna mesmo após sua liquidação; mas é a impossibilidade fundadora que pesava como uma fatalidade sobre a Alemanha de se confrontar sua própria realidade, sobre um fundo de traumatismo enfim admitido. Será preciso esperar a realização de um processo (feito no estrangeiro), no caso o de Eichmann em Jerusalém, para ter certeza disto.

³⁰ E Freud acrescenta que o pânico não se explica absolutamente pelo número dos adversários pois com frequência se viu exércitos mais numerosos se desmancharem diante de um inimigo numericamente inferior.

Conclusão: Retorno sobre as ilusões fundadoras

Se voltamos nesta conclusão às primeiras páginas do estudo de Elias, quando o sociólogo se interroga sobre as razões pelas quais o nazismo não foi entendido pelos seus contemporâneos mesmo que tantos signos revelassem sua natureza criminosa, é principalmente porque elas nos permitem fazer o elo com os capítulos seguintes e abrir nossa reflexão sobre a política de Putin.

Desde o começo de seu estudo, Elias ancora sua reflexão na constatação da finitude do entendimento. Ela força, nos diz o sociólogo, cada um de nós a não poder compreender o que escapa a nossa humana razão, tal como o irracional quando este suporta e justifica o massacre de milhões de indivíduos. Daí a questão inicial do trabalho de Elias, em meio ao espanto: Como compreender o incompreensível? Como pretender não ter visto o massacre de milhões de indivíduos? Como ter andado no crime, tal como Eichmann, cujo processo em Jerusalém lhe forneceu um esboço de reflexão?

Por não poder se confrontar com o irracional, ou seja, por não poder suportá-lo, a razão postula continuidades e fixidades para melhor se satisfazer e avançar em sua marcha: são as próprias representações de si mesma, sob a figura da racionalidade, certamente, mas também da boa vontade, ou ainda da permanência da civilização, todas representações positivas que são marcadas pelo selo da satisfação de si, e por isto se querem como apaziguadoras tanto umas quanto outras. “É em parte por causa desta noção de civilização enquanto legado natural do grupo de nações europeias que o primeiro reflexo de numerosas pessoas, face ao retorno manifesto dos nazistas ao estado de barbárie, foi a incredulidade” (Elias, 2021 [1961-1962], p. 408). Ora, como Weber mostrou, a “naturalização” consiste em fazer valer como “evidente” o que se deve, em realidade, a uma operação de construção da parte daqueles que entendem por seu intermédio legitimar sua própria dominação. É a teodiceia da felicidade. O que é “natural” é incontestável como a lei da natureza, e se encontra-se numa filiação divina, é então inextirpável, como a fé. A convicção de estar com a verdade assegura o crente sobre sua perenidade e o que não crê, de seu fracasso.

Por esta razão, segundo Elias, as elites têm sempre o sentimento da civilização e de sua eternidade, partindo da clara percepção que “os outros” são estranhos a ela. Não são civilizados; são “outros”. São bárbaros. O

estrangeiro, o outro, o “fora da razão”³¹ não pode aceder ao verdadeiro. É o que explica, segundo o sociólogo, porque as elites alemãs – de esquerda e de direita – foram incapazes de compreender o projeto de destruição dos nazistas pela única razão de que os desprezavam, considerando-os como pessoas pouco educadas, brutais, manipuláveis; não frequentáveis. E a força deste raciocínio enviesado foi reforçada por outro sistema de crenças, desta vez próprio à fé nazista, cuja coerência estava ligada à articulação estreita entre a noção de “pureza” da raça e a da “sujeira” judaica, cuja derrota em 1918 trazia os estigmas e clamava por uma reparação vingadora.

A ilusão última produzida por esta convicção de estar com a verdade, logo, com a civilização e o outro na mentira, logo, na descivilização, é a incapacidade de compreender que os nazistas eram movidos por um sistema de representações, crenças, valores nos quais acreditavam. Daí o efeito de surpresa, e pior, de abestalhamento, diante da violência em todos os níveis desencadeada pelos nazistas, já que eles, excluídos dos esquemas mentais, sua ação não podia ser compreendida. O que explica então que ninguém acreditou que o nazismo era pensável.³²

Elias acrescenta uma outra via psicológica ao lado daquela que consiste a negar ao outro o menor interesse. Ela consiste em postular a racionalidade do ator, considerando que ele é movido por um interesse racional. Por conseguinte, este realismo da ação afasta toda irracionalidade, tornando-a conceitualmente impossível. Ora, por mais racionais que os nazistas tenham sido na busca de seus fins de destruição, seu sistema de crenças fundado na pureza ariana era totalmente irracional. Não obstante, era terrivelmente eficaz em razão de sua alternativa constitutiva que repousava sobre a plenitude do ariano e a exclusão radical do judeu (Elias, 2021 P. 411). Ora, segundo Elias, nunca houve “interesse realista” dos nazistas, o que

³¹ Falando de indivíduos civilizados face aos nazistas antes da conquista do poder em 1933, Elias escreve: “Que se pudesse, em países civilizados, aderir autenticamente a outra coisa que a um sistema de crenças pelo menos moderadamente civilizado ultrapassava a sua imaginação. Um credo social inumano, amoral, revoltante e manifestamente mentiroso não poderia verdadeiramente existir; não poderia ter sido concebido a não ser por líderes ambiciosos, segundo fins racionais mantidos ocultos, a fim de recolher o assentimento das massas”. Elias, 2021 [1961-1962], p. 416.

³² Do mesmo modo, ninguém na URSS (e no exterior) podia imaginar que a política de coletivização lançada por Stalin no verão de 1929 poderia ter sucesso. E contudo, como mostrou Gerschenkron, foi sobre este fundo de incompreensão total que Stalin não cessou de levar cada vez mais longe sua política de destruição do campesinato tradicional, com efeitos catastróficos, e, em pouco tempo, de triunfar em seu projeto de coletivização.

sempre se procura compreender para ter certeza de nossa própria capacidade de compreensão intelectual. Não há “racionalidade” absoluta da ação, mas somente um conjunto de crenças, e é este último que convém explicar, restituindo seu pano de fundo histórico, político e psicológico. Elias fez disso o objeto de sua pesquisa.

Se agora, em último lugar, se procura elaborar, de uma barbárie a outra, do nazismo à Rússia de hoje, o que pode testemunhar certas permanências históricas, parece necessário isolar primeiro a dimensão da “*realpolitik*”.

Elias assinala que ela se funda no primado da força nas relações internacionais às expensas de qualquer outra dimensão. Tal valorização da potência e do músculo se enraíza na supervalorização do ideal do “Nós”, esta massa sem consciência, feita de disciplina e de paixão exclusiva pelo chefe pleno, a *Gefolgschaft* examinada acima. O outro motivo é o desprezo absoluto pelo fraco, que deve ser esmagado. Força e desprezo pelo fraco são duas orientações da ação, únicas em condições de deixar esperar a superação do traumatismo fundador: para os nazistas, trata-se da derrota de 1918, resultando de um “golpe de punhal nas costas”, aquele gritado pelos judeus escondidos, a “quinta coluna”, a disseminação geral dos traidores; para os russos, hoje, é a dissolução da URSS, em 1991, qualificada por Putin como o “pior acontecimento do século XX, que só pôde ser realizada por escondidos: os nazistas deixados vivos (na Ucrânia ou alhures) e atrás deles os judeus.

A recusa sistemática dos fatos que a realidade pode opor à tal representação do mundo conduz à elaboração de um relato mitologizado da origem e da história, assim como a uma visão do futuro enraizada numa visão retrógrada e totalmente irreal. O irrealismo dos nazistas foi, segundo Elias, ter pensado que o Reich poderia submeter toda a Europa à sua lei, segundo uma representação moldada de estereótipos pré-industriais e pré-nacionais (idem, p. 483). Hitler, como lembra Elias, “havia dito, em substância, em Mein Kampf: “Conquistemos a Rússia. Escravizemos ou eliminemos a população autóctone. Instalemos em seu lugar agricultores alemães. Então a Alemanha se tornará a maior nação da Europa, talvez do mundo inteiro. Haverá, no futuro, 250 milhões de alemães”. Este era o fantasma. (ibidem, p. 485)

Um fantasma que se abriu para uma realidade alucinada cuja reprodução se revela ainda hoje possível, desde que, penetrando o conjunto dos extratos da vida pública e privada, um projeto político venha a se impor para a única verdade aceitável e, por meio de políticas de controle generalizado de polícia e de vigilância militar, transformar a realidade numa alucinação consolidada. É assim que Elias trata da capacidade de certos

povos em “ultrapassar um ponto de não retorno na radicalização de seus fantasmas coletivos, na adoção de comportamentos cada vez mais desconectados da realidade de situações vividas”.³³

Referências Bibliográficas

- Arendt, Hannah, 2002 [1951] *Les origines du totalitarisme*, T. II.
- Bafoil, François, 2018, *Weber, Max. Rêverie, raison et désir de puissance*, Hermann.
- Elias, Norbert, 1990, “Le concept freudien de la société et au-delà” in *Au-delà de Freud. Sociologie, psychologie, psychanalyse*, traduit de l’anglais et de l’allemand par Nicolas Guilhot, Marc Joly et Valentine Meunier, texte établi et présenté par Marc Joly, préface de Bernard Lahire, 2000, Editions La découverte.
- Elias, Norbert, 1991, “Les transformations de l’équilibre “Nous, Je”, in *La société des individus Helmut Plessner*, 1935, *Die verspätete Nation, Über die politische Verführbarkeit bürgerlichen Geistes*
- Elias, Norbert, 1973 [1939], *La civilisation des mœurs*, Calman-Lévy.
- Elias, Norbert 2021 [1961-1962], *Les Allemands*, Paris Seuil, 2021.
- Elias, Norbert. *Les Allemands. Evolution de l’habitus et luttes de pouvoir aux XIXe et XXe siècles*. Paris: Le Seuil, 2017
- Freud, Sigmund, 1930, *Malaise dans la culture*.
- Freud, Sigmund, 2005 [’913-1914] “Deuil et mélancolie” in *Euvres complètes*, vol. XIII, Paris, PUF.
- Freud, Sigmund, 1914, *Pour introduire au narcissisme*.
- Freud, Sigmund, 1921, *Psychologie des masses et analyse du moi*, T. XVI
- Freud, Sigmund, 1905, “Les Trois essais sur la sexualité”, *Euvres Complètes* T. VI
- Junger, Ernst, *Orages d’acier*.

³³ O sociólogo prossegue: “O fortalecimento social das consciências inibe o julgamento crítico e a capacidade de perceber o menor elemento material discordante; ele faz com que estes requisitos, por mais fantasmagóricos que sejam, apareçam como evidentes, como alguma coisa normal e perfeitamente realista. Em particular nas situações de crise, ele incita os indivíduos a formularem e a seguirem as advertências de suas “vozes interiores”, de suas crenças, de seus postulados morais, de seus ideais, etc., sempre de uma maneira mais extremista e intransigente”. (Elias, 2021 [1961-1962], p. 453)

Mann, Thomas *Les Considérations d'un apolitique*

Weber, Max, "Introduction ", in *L'éthique économique des religions mondiales*

Weber, Max, 1988, "Rede auf dem ersten Deutschen Soziologentage in Frankfurt 1910", *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik*, J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), Tübingen.

